

39º. Encontro Anual da ANPOCS

SPG12 - Organizações, Estado e violência: múltiplos sentidos da ação coletiva

**A Baixada Fluminense e um Conjunto Habitacional do Programa Minha Casa,
Minha Vida: Olhares Entrecruzados**

(Versão preliminar)

Dayana Campos de Lelis

Mestranda em Ciências Sociais

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Caxambu-MG

2015

Introdução

Quando o assunto é Baixada Fluminense e suas delimitações as definições são sempre controversas, não há um consenso quanto a sua configuração espacial, mesmo em órgãos oficiais como o IBGE. Estudos geográficos qualificam Baixada como toda porção de planícies que se estendem entre o litoral e a Serra do Mar (GEIGER E SANTOS, 1955) que qualificaria uma parte do território fluminense que vai de Mangaratiba até Campos. Com o passar dos anos, Baixada foi utilizada para definir o conjunto de municípios periféricos em relação à capital.

Dentre os autores aqui estudados, estes também não apresentam um consenso sobre os limites da região. José Claudio Alves (1998, p.15 e 16) divide a Baixada a partir do pressuposto da violência para fazer tal divisão: “No caso do presente estudo, a definição de Baixada se dará tendo em vista a questão da violência (...). A violência, que serviu de referência na demarcação da fronteira entre o mundo civilizado e a barbárie, separando a cidade do Rio de Janeiro da Baixada Fluminense, ao longo de duas décadas, foge agora dos seus limites espaciais e passa a fazer parte da realidade carioca”. Alves chama a atenção para um caso que aconteceu em 1993 quando uma deputada federal após uma chacina ocorrida na favela de Vigário Geral localizada no subúrbio carioca lamenta a tragédia ocorrida “na favela da Baixada Fluminense”, esse equívoco segundo o autor mostra os problemas de limites da região. Os elevados índices de homicídios tornam a violência o elo principal da aglomeração dos municípios escolhidos para sua análise, isto ocorre, devido principalmente através dos meios de comunicação.

Manoel Ricardo Simões, outro autor estudado, usa o critério de emancipações, a Baixada em sua visão seria formada por aqueles municípios oriundos da antiga Vila Iguassu, atual Nova Iguaçu, a saber: São João de Meriti, Nilópolis, Duque de Caxias, Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita. Miagusko (2012) adota a concepção da abrangência de treze municípios; enquanto Barreto apresenta duas concepções diferentes, uma que abrange 14 municípios e outra que abrange 13.

Além dos autores estudados, instituições públicas também apresentam divergências na composição dos municípios, a Secretaria da Baixada Fluminense (antigo SEEBREM)

utiliza 13¹ municípios, a FIRJAN divide a Baixada em dois aglomerados Baixada 1² e Baixada 2³

Segundo André Rocha a Associação dos Prefeitos da Baixada também utiliza os mesmos municípios da Secretaria da Baixada Fluminense. O resultado dessas muitas representações, delimitações do que é, e quais municípios pertencem, fazem parte de uma disputa de poder, onde a “indefinição constituída em um horizonte simbólico representacional colocou um impasse sobre a definição da Baixada”. (2009, p.104)

A Baixada está articulada a interesses comuns, é produto de um imaginário resultante da construção daquele que fala exercido pelo grupo social detentor de um poder simbólico, “como poder constituir o dado da enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo, desse modo, ação sobre o mundo” (BOURDIEU, 2007, p.14)

Portanto, não existe um consenso ou apenas uma Baixada, e sim muitas Baixadas, diante deste impasse, escolhemos adotar a configuração de 13 municípios, o mesmo adotado pela Secretaria da Baixada Fluminense, que são: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João do Meriti e Seropédica.

As representações são também meios de legitimação, e quando associados a um lugar, tem a possibilidade de legitimar também o espaço, como exemplo, tem a confusão da deputada, que é ocasionada pela justaposição/assimilação do território resultado das representações produzidas pela violência nos meios de comunicação.

Enne (2004) analisou as representações da grande imprensa acerca da Baixada Fluminense dos anos 1950 até 2000, em quatro grandes jornais, e traçou uma cronologia sobre as imagens projetadas da região. Na década de 1980 a violência tem seu auge e, a partir dos 1990, imagens mais positivas começam a ser veiculadas, antes mesmo do advento dos grandes projetos urbanos⁴.

¹ Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Japeri, Queimados, Seropédica, Paracambi, Magé, Guapimirim e Itaguaí

² Mangaratiba, Itaguaí, Nova Iguaçu, Seropédica, Queimados, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, Japeri

³ Duque de Caxias, Paty de Alferes, Miguel Pereira, Belford Roxo, São João de Meriti, Magé e Guapimirim.

⁴ Os Grandes Projetos Urbanos são também conhecidos como megaprojetos ou grandes intervenções urbanas (TOFFANO e VALOTO, 2011). Segundo Bortoleto:

Para Enne (2004), até os anos 2000 a Baixada era representada pela imagem de um espaço vazio, de violência e pobreza, de abandono do poder público e sufocado por reportagens de assassinatos, roubos, além de uma associação quase imediata a grupos de extermínio. Mas, segundo a autora, o que se vê a partir dos anos 2000, é uma mudança na construção do imaginário social sobre a Baixada Fluminense a partir da grande imprensa, antes projetada pela deterioração das condições sociais e urbanas que alimentavam a formação de espaços onde prevalecia uma representação da violência e da barbárie para imagens de local de oportunidades.

A imagem de “mercado consumidor⁵” e “mercado político⁶” passam a tomar o lugar da violência no noticiário, além da criação de cadernos específicos da Baixada no jornal O Dia e O Globo.

A Baixada é alvo de intensas modificações sociais, econômicas, espaciais e políticas (SIMÕES, 2007) e o que se pode observar é uma mudança no imaginário social e nas representações.

Porém, no dia 31 de março de 2005, 29 pessoas foram assassinadas em Nova Iguaçu e Queimados, 11 policiais foram presos com suspeita de envolvimento do crime e com relação a grupos de extermínio. (FASE; LEV/UERJ; ALVES, J.S.; CESEC; JUSTIÇA GLOBAL, 2006)

Alves ao analisar a Baixada Fluminense pelo viés da violência, verifica a violência ao nível da sociedade, incorporando o histórico e o local, levantando a hipótese de coexistência entre acumulação da violência e desenvolvimento territorial e urbano, contrariando as teses que afirmam que a ação desses grupos seriam paralelas ao Estado:

a expressão grandes projetos tornou-se comumente conhecida nos anos 1970, quando começaram a ser implantados no país projetos, tais como hidrelétricas, com investimentos superiores, econômicos e técnicos, jamais vistos anteriormente. ((BORTOLETO, 2001).

Este fenômeno é cada vez mais crescente nas cidades do mundo, tais megaprojetos tem por objetivo a transformação dos espaços territoriais, “essas novas territorialidades atingem escalas expressivas no meio urbano e geram novos significados para indivíduos, governos e empresas.” (TOFFANO E VALOTO, 2011, p.83).

⁵ “Chama a atenção, a busca da chamada “classe C” pelos meios de comunicação, em especial a Rede Globo. Durante uma entrevista, o diretor geral da Rede Globo, Octávio Florisbal, afirma que a emissora vem mudando a programação para atender a “nova classe C”. Para Florisbal, esta classe tem uma vida própria e características próprias e quer se ver retratada nas telas. Isso levou a que novela Fina Estampa passada no horário nobre, e a novela Avenida Brasil, –deslocassem o seu cenário para a “periferia” (MIAGUSKO, 2013) . Ou seja, a Baixada Fluminense aparece como um estratégico “mercado consumidor” inserido agora no principal produto comercial da Rede Globo: a novela das nove. (Nota do autor)

⁶ A Baixada é o segundo maior colégio eleitoral segundo o CENSO de 2010 IBGE

A formulação de uma história da Baixada Fluminense atentando para as relações de poder, sobretudo na construção do estado, possibilita operacionalizar uma análise mais detalhada das formas instrumentais da violência, no seu sentido mais amplo, e permite identificar rupturas, continuidades, dinâmicas que estarão, por sua vez, associadas às esferas econômicas, culturais, e sociais (ALVES, 1998, p.20).

Atualmente, a Baixada é o *locus* de diversos tipos de intervenções estatais e privadas, urbanas e sociais, além de estar inserida em projetos de desenvolvimento de escalas que ultrapassam as fronteiras locais. Não é novidade que o Rio de Janeiro se encontra num *boom* de projetos e intervenções, como a realização de megaeventos, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Muitos projetos têm sido feitos não apenas na capital, mas em grande parte da região metropolitana, para receber os megaeventos. A Baixada Fluminense não é sede de nenhum desses megaeventos, porém o que se tem observado é a chegada de vultosos empreendimentos para a região.

Dentre os grandes projetos que acontecem no Rio de Janeiro, podemos citar três que tem como lugar de intervenção a Baixada Fluminense: o Arco Metropolitano que ligará o complexo petroquímico do Estado (Comperj), em Itaboraí, ao porto de Itaguaí, segundo a avaliação dos impactos logísticos e socioeconômicos da implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro ⁷:

O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (AMRJ) é composto por trechos de rodovias perpendiculares aos grandes eixos rodoviários que convergem para o município do Rio de Janeiro e atravessam a Baixada Fluminense – notadamente a BR-101/RJ Sul, BR-116/RJ Sul, BR-040/RJ, BR-116/RJ Norte e BR-101/RJ Norte - conforme mostra a figura abaixo. A proposta do AMRJ apóia-se em três funções básicas: a integração do Porto de Itaguaí à malha rodoviária nacional; ligação entre os cinco eixos rodoviários beneficiados pelo projeto sem a necessidade de conexão via Avenida Brasil e Ponte Presidente Costa e Silva, desviando assim o fluxo de tráfego das principais vias de acesso à capital; e aumento de acessibilidade aos municípios próximos ao AMRJ e que concentram grande contingente populacional, em particular Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Nova Iguaçu e Seropédica (FIRJAN, 2008, p.3)

7

<http://www.firjan.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=4028808120E98EC7012121B1A5054B08>.

O Projeto Iguaçu, um projeto de saneamento com investimentos do PAC⁸:

O Projeto Iguaçu é um projeto do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal, de responsabilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria Estadual do Meio Ambiente e do INEA, (Instituto Estadual do Ambiente). Seus principais objetivos são a recuperação ambiental e o controle de inundações nas bacias hidrográficas dos rios Sarapuí, Botas e Iguaçu reduzindo a ocorrência e gravidade das enchentes na Baixada Fluminense e no bairro de Bangu no Rio de Janeiro. (...) Além disso, promove espaços de interlocução entre a população, governo do estado e prefeituras, com intuito de debater e intervir no processo das obras e na implementação de políticas permanentes de controle de inundações e recuperação dos rios.

Além do Minha Casa, Minha Vida⁹:

Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – Recursos FAR é um programa gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela CAIXA, que consiste em aquisição de terreno e construção ou requalificação de imóveis contratados que depois de concluídos são alienados às famílias que possuem renda familiar mensal de até R\$ 1.600,00. Contempla também a aquisição de terreno e produção de empreendimentos habitacionais vinculados a intervenções inseridas no PAC, para reassentamento, remanejamento ou substituição de unidades habitacionais, atendendo as famílias provenientes da área de intervenção, admitindo-se renda familiar mensal de até R\$ 3.275,00. Outra forma prevista de atuação do Programa consiste na produção de equipamentos públicos de educação e saúde e de outros complementares à habitação, vinculados aos empreendimentos contratados.

Diante deste cenário da Baixada Fluminense como locus de intervenções, tanto públicas quanto privadas, escolhemos trabalhar com o PMCMV, buscaremos analisar as trajetórias, sociabilidades e os conflitos apresentados em um dos grandes projetos do Estado: o Minha Casa, Minha Vida numa cidade da Baixada Fluminense¹⁰.

O objetivo desse texto é tratar das sociabilidades urbanas e das políticas públicas a partir dessa nova dinâmica dos grandes projetos urbanos na Baixada Fluminense; é discutir como esses grandes projetos têm impactado sua população para além das dimensões

⁸ <http://www.projetoiguacu.com.br/index.php/projeto-iguacu/quem-somos>

⁹ http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/saiba_mais.asp

¹⁰ A fim de preservar a identidade de nossos entrevistados iremos mantê-los no anonimato, bem como a cidade pesquisada.

econômicas e de benefício imediato sobre o desenvolvimento da região. Buscaremos analisar as trajetórias, sociabilidades e conflitos no território, afim de que possamos fugir de uma visão dualista sobre a região, e escapar de conceitos fantasmagóricos que pouco explicam a Baixada Fluminense. Portanto, buscamos fazer um mapeamento do campo de conflitos, afim de, analisar a complexidade que se encontra atualmente a Baixada Fluminense.

Representações acerca da Baixada Fluminense

A Baixada Fluminense é vista e compreendida de diversas formas, seja pela grande mídia, seja por órgãos oficiais, moradores e autores que a estudam, para Enne(2002) ela “é “polissêmica”, para Alves(2003) de “limites fluidos”, para Barreto(2006) com grande “notoriedade política”¹¹, e para Simões(2011) como um lugar que expressa relações entre “sociedade e natureza”. (ROCHA, 2013). Por essas e por tantas outras características e formas, buscamos analisar as representações acerca da Baixada Fluminense.

Por muito tempo a Baixada foi vista e representada apenas como uma região periférica à capital do Estado; local de moradores que trabalhavam no Rio de Janeiro, rural; de migração, fundamentalmente, nordestina; e de classes empobrecidas. (BARRETO, 2007; ALVES, 2002; ENNE, 2004; SIMÕES, 2007).

A noção de “periferia” é polissêmica, não poderíamos passar por esta discussão sem problematizar o termo. Nos anos 1970 e 1990, os trabalhos acadêmicos das periferias paulistanas se orientavam pela dicotomia centro-periferia, no centro se encontravam ricos e bem servidos dos aparatos públicos e serviços. De outro lado, na periferia, moradores com salários baixos e infraestrutura precária. Ou seja, o termo periferia só podia ser entendido em oposição ao centro.

Outra interpretação, era da periferia como fenômeno sociocultural e político, devido à disseminação da sociologia marxista entre os pesquisadores brasileiros, interpretação que subordinava a cidade às explicações econômicas e macroestruturais, e se distanciava

¹¹ A candidatura e a campanha de Lindberg em 2006 trouxe uma novidade, não só em termos do lugar que a Baixada Fluminense (via Nova Iguaçu) ocupou na política do estado, mas também do país, pela primeira vez, de forma mais ampla Nova Iguaçu e a Baixada eram alçadas às manchetes nacionais sem remissão direta ou exclusiva à violência, criminalidade ou pobreza da região. (BARRETO, 2007)

das análises culturais feitas pela Escola de Chicago, precursora em abordar questões sociais como a marginalidade e a segregação. (NASCIMENTO, 2009).

A respeito ainda desse termo, o termo periferia que se disseminou nos debates sociológicos do referido período, era aquele que apontava o Estado como causador da reprodução do capitalismo, periferia era entendida como o território da “espoliação urbana” (KOWARICK, 1979), “isto é, da sistemática exclusão das classes trabalhadoras ao acesso de bens de serviços e de consumo coletivo” (NASCIMENTO, 2009, pág.3).

Uma outra representação difundida sobre a Baixada Fluminense, era a de “cidade-dormitório:

O termo “cidade-dormitório” representaria a imagem mais acabada dessa desigualdade. No entanto, vimos que se, por um lado, as desigualdades de renda e de condições de trabalho mantêm-se fortemente demarcadas no território metropolitano, por outro, as dinâmicas econômicas locais ganham força suficiente para alterarem o cotidiano de grande parte dos trabalhadores urbanos. A redução, para os trabalhadores, da distância e do tempo de deslocamento casa-trabalho interfere diariamente nas condições de reprodução familiar e no mercado de consumo na escala local.(LAGO, 2007, p.25)

Segundo Lago, “cidade-dormitório” surgiu como síntese de carências e das enormes distâncias a serem percorridas entre o lugar da moradia e do trabalho. A partir do censo de 2000, se verifica uma redução da mobilidade casa-trabalho, o que a levou a crer que o mercado de trabalho não só se expandiu como absorveu parte da mão de obra local:

(...) não se verificou a tendência ao isolamento das áreas populares periféricas em relação aos circuitos econômicos capitalistas. Os municípios que apresentaram aumento relativo das ocupações informais mais precarizadas e estagnação econômica, como Japeri, eram os que abrigavam o maior percentual de moradores trabalhando em outro município, mantendo, portanto, as características da “cidade-dormitório”. Nos demais casos, observou-se expressiva capacidade dos municípios, tanto os mais dinâmicos quanto os mais estagnados, de reterem parte significativa de seus moradores de mais alta qualificação profissional.(LAGO, 2007, p.26)

Outra representação que circulava sobre a Baixada Fluminense era sua alta concentração de migrantes, que se deu a partir da metade do século XX, num intenso fluxo migratório da região nordestina (BARRETO, 2006). Esse fluxo migratório para Baixada Fluminense também era resultado, segundo Rodrigues e Oliveira (2009) do alto custo de vida na

capital, que fazia com que muitos migrantes procurassem também a Baixada, viam na região a tentativa de melhorar de vida, mesmo que esses locais não dispusessem de mercado de trabalho para absorvê-los.

A busca pela mobilidade social está expressa na fala do Senhor João¹² morador muito antigo da Baixada Fluminense:

Pois é, tinha uma cidadezinha com o nome de Fazenda Nova, mas hoje todo mundo quando fala Nova Jerusalém todo mundo sabe que é perto do Brejo da Madre de Deus. Perto da Madre de Deus é o terceiro município mais velho do Estado de Pernambuco. Aí eu ficava trabalhando, a gente ficava trabalhando e quando era no sábado de manhã a gente ia pra feira vender as alpercatas (sandálias). Nós íamos pra feira vender as alpercatas no sábado e no domingo duas feiras lá no Município de Pesqueira ali em frente ao Jardim. Aí quando era na segunda ao meio dia eu chegava em casa e começava a comprar o material pra fazer as sandálias e ia trabalhando. Aí quando foi em 1951 eu resolvi me casar, já estava com 23 anos de idade e me casei. Comecei a trabalhar, mas já não estava dando pra viver, eu já estava com dívidas no comércio e ele assumiu a dívida e eu vim pra cá, deixei a mulher, minha esposa com quatro filhos. Aí fui trabalhar numa empresa em Caxias no Bairro 25 de Agosto.

A trajetória de vida de João se repete nas representações mais comuns da população que chegou à Baixada a partir dos anos 50. João saiu do Nordeste, do município do Brejo de Madre de Deus, em Pernambuco, há 56 anos. Miagusko (2012) conta que apesar da distância das datas, João relata os fatos de sua vida com muita vivacidade.

No entanto, o fluxo migratório do Nordeste para o Sudeste, de acordo com o censo do IBGE de 2010, não é mais tão intenso como no período que João veio para o Rio de Janeiro, o maior peso relativo de populações migratórias é da própria região Sudeste.

Segundo Rodrigues e Oliveira (2009) a procura pela Baixada para moradia era igualmente proporcional aos processos intraregionais resultantes da expulsão da população de baixa renda das áreas nobres da cidade do Rio de Janeiro, o que exacerbou a deficiência de infraestrutura urbana e a desigualdade sócio espacial.

Hoje, a Baixada se encontra próxima à capital em termos físicos, possibilitada pelo incremento do fluxo de pessoas com as construções das Linhas Vermelha e Amarela, contudo, ainda se encontra distante em espaços sociais e simbólicos (BARRETO, 2006, p.48).

¹²Entrevista realizada no âmbito da pesquisa de Edson Miagusko.

Para entender a realidade social que se apresenta na Baixada, Alves afirma que é preciso olhar nas entrelinhas para poder compreender as nuances apresentadas nesse território, o que não estaria a cargo de principiantes, mas que também estaria, pois, a Baixada necessita de um esvaziamento de “preconceitos e discriminações para mergulhar no âmago dos que constroem, dia a dia, a cada momento, um mundo em ebulição”. (2012, p.13)

Por essa pluralidade apresentada na Baixada Fluminense, Enne ressalta a necessidade de compreender o caráter representativo da Baixada nos jornais da grande imprensa. A autora buscou através da grande imprensa carioca, da década de 1950 até o ano 2000, mostrar uma cronologia histórica, recortando os marcos mais significativos durante esse período. E afirma que foi a partir dos anos 2000 que essas representações começam a demonstrar mudanças mais significativas.

Como também mostra Miagusko (2012), há um movimento de representações discursivas opostas, de um lado o território de precariedades e violência, de outro a Baixada como *lócus* de diversos tipos de intervenções estatais e privadas, dando lugar à imagem de representações de um mercado político e consumidor em potencial com oportunidades de trabalho, consumo e investimentos, mesmo que a “sociabilidade violenta” (SILVA, 2004) continue a ser uma imagem recorrente do cotidiano da Baixada.

Para entender a realidade social da Baixada é preciso, portanto, olhar com duas lentes simultaneamente, pensar no trânsito constante de moradores que reinventam a Baixada, pois olhar para esse espaço social nos seus limites e fronteiras, é reificar algo estático, é negar a circulação de símbolos e significados como constitutiva desses processos. (BARRETO, 2006)

Sendo assim, para compreender a Baixada é preciso articular estes diferentes processos, em diferentes escalas, o espaço urbano e social produzido pela Baixada é fruto de múltiplas determinações e representações.

Conforme sugeriu Enne (2002) em suas conclusões, e que corrobora com o conceito de “coleção de lugares”¹³ (BARRETO, 2006, p. 322 apud ASA BRIGGS, 1985 p.90), a

¹³ Coleção de lugares segundo Asa Briggs “I regard places, as Susanne Langer does in her *Feeling and form*, as ‘creative things’, ‘ethnic domains made visible, tangible, sensible’. In this connection, a ship, constantly changing its locations, is nonetheless a self-contained place, and a gipsy camp is far different from an Indian camp, although geographically it may be where Indian camp used to be. Given this approach, it is essential to reiterate that cities are collections of place as well as places in themselves. While there has been only one Paris, one Rome, one New York, one London – t go back to the great quartet identified by Pritchett – each of these cities in itself has been a

Baixada Fluminense deve ser vista como um lugar de vivência comum, de ambiguidades e ambivalências.

4. Grandes projetos urbanos na Baixada Fluminense

No decorrer da última década, a Baixada Fluminense foi alvo de intensas modificações sociais, econômicas, espaciais e políticas, e tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores. Alves afirma que isso se deve ao fato da região apresentar características plurais e diversas, onde se tem “uma realidade sócio espacial onde se condensam as mais dramáticas contradições vivenciadas pela sociedade brasileira”. (2002, p.132)

Nos últimos anos, a Baixada recebeu diversos empreendimentos públicos e privados, e projetos que ultrapassam escalas regionais e o Programa Minha Casa, Minha Vida é um deles.

Verifica-se hoje no Rio de Janeiro e no Brasil como um todo, a retomada do financiamento público federal para o setor imobiliário, um financiamento extensivo às faixas de 0 a 10 salários mínimos, através do PMCMV, orientado por uma “política de resultados” (LAGO, 2013)

Os investimentos para a população na faixa de 0 a 3 salários mínimos segundo Lago (2013) é algo inédito no país, o governo chega a dar até 90% de subsídio para essas populações, e das 769 mil unidades contratadas até 2010 mais de metade estão alocadas nessa faixa de renda.

Na cidade analisada, a situação não é diferente, mais de 80% da população se encontra na faixa de 0 a 2 salários mínimos.

A cidade analisada possui uma área total de 284 Km², o que corresponde a 5,4% da área da Região Metropolitana, com uma população em 2010 de 78.186 habitantes, segundo o IBGE. O município encontra-se hoje em uma posição atrasada em relação ao nível de vida e bem estar social de sua população. Em 2000, a cidade analisada ocupava a 47ª posição no ranking dos 92 municípios fluminenses, com IDH-M de 0,759.

O Censo de 2010 (IBGE) cadastrou 30.947 domicílios dos quais 78,43% são ocupados, registrando 11,43% domicílios vagos. O município possui uma densidade domiciliar média por habitações particulares ocupadas de 3,19 hab/dom.

Com esse *boom* imobiliário que se encontra as cidades brasileiras, Lago (2013) afirma que os efeitos sócio territoriais são os mesmos de décadas passadas, há um “fechamento” das áreas periféricas urbanizadas para moradores de baixa renda e para moradores que se encontram em áreas de risco, além de uma produção de conjuntos habitacionais precários nas fronteiras urbanas, sem uma mínima infraestrutura exigida pela Caixa Econômica Federal que é a operadora do programa, com o aval das prefeituras.

Trata-se de algo que ao mesmo tempo em que proporciona ganho para o inquilino como condições de permanecer no seu bairro, bloqueia a entrada da população pobre que mais precisa estar próxima diariamente do mercado e de serviços públicos, tratando-se de um processo “contraditório de superação e reprodução da espoliação urbana” (LAGO, 2013 apud KOWARICK, 1979). Sobre esse processo Lago afirma:

De norte a sul do país, a produção habitacional para baixa renda obedece a um mesmo padrão de localização nas cidades: o nosso histórico padrão periférico. Se anos 60 e 70, foi o poder público, através das Cohabs, que promoveu a periferização dos conjuntos, hoje esse fenômeno é promovido diretamente pelas construtoras, que definem não apenas a localização e o público alvo, mas os projetos, tipologias e qualidade das edificações.

O poder e o dever dos municípios de controlarem a localização e a qualidade dos novos empreendimentos não estão sendo exercidos. As prefeituras não têm condições técnicas e/ou vontade política para imponham ações regulatórias, direcionando os empreendimentos para áreas com infraestrutura. No entanto, muitos gestores municipais invertem o problema, argumentando a falta de recursos para garantir a infraestrutura no ritmo do Programa MCMV. (LAGO, 2013, p.191)

A aplicação dos instrumentos de planejamento territorial, como a ZEIS (Zonas de Interesse Social) em áreas vazias, previstos nos Planos Diretores e a criação de um banco de terras para habitação popular parecem não estar nas listas de prioridade das prefeituras. (LAGO, 2013)

Segundo Lago, grandes partes dos conjuntos habitacionais, hoje, estão localizados na periferia das grandes cidades brasileiras, em áreas carentes de equipamentos e serviços públicos, grande parte deles é produzida em áreas mal servidas de equipamentos sociais e serviços públicos básicos. Encontram-se em bairros inacabados, “localizados tanto em áreas consolidadas, porém em permanente (auto) construção, quanto nas fronteiras do tecido urbano, onde ainda há poucos sinais da cidade.” (2012, p.187). A cidade

analisada, além de receber o programa MCMV, é uma das cidades em que o Arco Metropolitano atravessa, o conjunto fica bem ao lado da saída do Arco.

Primeira aproximação do conjunto

Quando resolvemos estudar essa política como ponto de partida, muitas dificuldades surgiram. Moradores da região não sabiam do conjunto, os que sabiam eram poucos e o que se dizia a respeito das “casinhas” era sempre muito contraditório, em conversas informais com os moradores da cidade analisada surgiam muitas representações divergentes acerca do conjunto.

Uma primeira fala expressava medo e repressão sobre o conjunto: desde um lugar violento, de tráfico e prostituição até uma dica de que nós não deveríamos estudar mais esse conjunto, como uma forma de dizer: “Calma, vai devagar, você não sabe onde está pisando!”. Em outros ambientes, como uma Igreja da região, os moradores os quais conversamos não sabiam nem que o conjunto existia. Diferente da primeira representação e da segunda, a terceira fala, demonstrava que o conjunto não era “tudo aquilo que diziam”.

Diante de tantas representações e falas contraditórias, procuramos a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura, afim de que ambas pudessem nos fornecer mais dados sobre o conjunto. Em conversa informal com um funcionário público, a primeira pergunta foi: “Você tá gravando?” Nessa conversa, o funcionário mostra o seu descontentamento com a posição da prefeitura diante do programa, segundo ele a essência do programa é boa, mas a prefeitura o corrompe. O funcionário afirmou que há um número de cotas para deficiente, baixa renda, moradores em área de risco, e o restante fica com a prefeitura, é a prefeitura que administra, e oferta as casas, porém essa oferta vai de acordo com a sua vontade e filiação política, o que acaba corrompendo.

De acordo com o funcionário já há uma intimação para uma fiscalização maior, pois foi detectado o aluguel de casas no conjunto o que não é permitido segundo as normas e leis do PMCMV. Foi pedido para que a Caixa desse alguns dados sobre o programa, mas a única coisa que nos foi dado, foi a informação de que o conjunto foi entregue em janeiro de 2013, que ainda teriam casas vazias a serem entregues e que a Caixa administraria até junho desse mesmo ano pois ainda haveriam obras a ser feitas.

Como não conseguimos nada, além disso, fomos até a Prefeitura. Nesse órgão as coisas foram um pouco mais fáceis, depois de algumas tentativas de achar alguém que falasse pela secretaria de habitação, encontramos o diretor e o subsecretário. O subsecretário além de fornecer alguns dados acerca do programa, me convidou para uma reunião com a construtora do programa. E nos indicou alguns moradores a quem pudéssemos procurar. Em uma das entrevistas, conhecemos Joana¹⁴, uma das primeiras moradoras do conjunto e nossa principal informante. Ao indagarmos sobre a como era a ação da prefeitura, Caixa Econômica Federal (CEF), e como foi feito a demanda, Joana responde:

Quem selecionou foi o município através da secretaria de ação social e a secretaria de habitação. De verdade, de verdade, o final todo ficou com a secretaria de habitação, o projeto só saiu mesmo depois que assumiu a secretaria de habitação. Porque assim, enquanto tava só na ação social estava um processo muito lento, e assim bem complicado, e depois a habitação assumiu e foi que andou...

Perguntamos a moradora como foi feito o processo de seleção, e se era baseado no cadastro, e ela prontamente responde que foi baseado num cadastro sim, porém a seleção foi bem questionável segundo ela, e era ano de eleição:

Porque a prefeitura deu um jeitinho porque era um ano político em 2012, quando foi feito a seleção era ano de eleição, deram um jeitinho de colocar os funcionários contratados, alguns efetivos que eram fechamento, tipo fechamento do governo, e os contratados pra ter voto garantido. Familiares dos contratados, e assim foi feita a maior parte da seleção.

Joana se entristece ao lembrar que muitos dos moradores que deveriam ser contemplados como estava no plano da construtora e da prefeitura não foram contemplados, dentre eles pessoas que moravam na beira do valão, casas em lugares de risco já condenados pela defesa civil, que viviam de aluguel social etc. A moradora afirma que poucos que moram no conjunto estavam enquadrados nesse perfil, ou precisavam realmente: “foi muito beneficiado assim, muito mais os funcionários municipais efetivos e prestadores de serviço do que as pessoas que realmente tinham a necessidade de conseguir uma habitação dentro do município”.

¹⁴ Nome fictício para manter o sigilo dos entrevistados.

Dentro do relato que Joana nos fornece, outra coisa também deixou a moradora descontente: a relação da construtora que fornecia o serviço social do condomínio. Segundo a moradora, este foi um dos principais problemas dentro do conjunto, e que desencadeou outros inúmeros conflitos também:

Joana: Pra ensinar, adaptação, socialização, conscientização, e ajudar na estrutura no começo. É esse trabalho social é um acompanhamento de nove meses a um ano, esse acompanhamento social que nós tivemos só chegou meado a final de março, que nós já estávamos aqui.

Edson: todo mundo entrou de uma vez ou não?

Joana: não, nem todo mundo, mas as pessoas foram migrando, então o trabalho social tinha que já estar aqui presente, e esse trabalho social foi o que? Uma assistente social muito mal humorada, que ficava ali no salão de festas com uma assistente dela, ai de vez em quando passava dando folhetinhos né, colocando embaixo da porta, eu tenho até algumas coisas aqui, o regimento interno tinha que ter sido preparado por eles através de reuniões.

Segundo a moradora, se o trabalho social tivesse sido feito desde o começo, como a conscientização dos moradores, o viver condominial, e a socialização, problemas que são enfrentados atualmente no conjunto nem existiriam, porém, o que se teve foi apenas “distribuição de panfletos” e “papéis debaixo da porta”:

Joana: e assim, para mim, eu entendo que o trabalho social não é você pegar um papelzinho desse e enfiar debaixo da porta, você tem que bater na porta, tinha que ter uma equipe, uma, duas, três dez vezes se fosse preciso pra fazer a conscientização, entendeu? Pra fazer com que a pessoa se sentisse adaptada.

Edson: você acha que a falta desse trabalho social acabou influenciando na vida dos moradores aqui? O que você acha que influenciou? O que influenciou negativamente ou positivamente?

Cris: muito, primeiro que eles chegaram depois, eles já chegaram atrasados, quando eles chegaram já tinha alguns vícios a serem tirados, porque a pessoa chega aqui não tem ninguém pra falar isso pode e isso não pode, ela vai fazendo o que ela quer. É aqui vieram pessoas de todos os cantos, com vários costumes, pessoas que tem uma boa referência de educação, e outras que não. Pessoas que estavam acostumadas a jogar o lixo em qualquer lugar: ah mas eu vou jogar na rua porque na rua tem o varredor de rua.

Problemas como lixo na rua, e som alto, são exemplos do que Joana afirma que não haveria se tivesse tido um trabalho social desde o início, e um trabalho efetivo das assistentes:

Então assim hoje nós temos a coleta duas vezes ao dia porque não tava dando vazão, mas assim nós não temos varredores de rua, então você chega você tá acostumado a jogar o lixo na rua porque tem alguém que vai passar e vai varrer, você tá acostumado a ficar com seu som no último volume aonde você mora, ah foi avisado alguma coisa lá nas reuniões? Foi avisado sobre como morar mas a pessoa tá naquela empolgação que vai conseguir a casa na hora ali ele concorda com tudo mas teria que ter uma equipe aqui trabalhando isso. E dizendo olha: não vai poder, tá lá no contrato de vocês, de acordo com a convenção. A convenção condominial que é de responsabilidade da construtora registrar só foi registrada em maio, aí só em maio que foi instituído oficialmente o condomínio, em junho começou a se cobrar condomínio, então assim, se tivesse isso tudo a convenção condominial ela tinha que estar registrada, o condomínio tinha que já estar instituído quando nós recebemos os imóveis, quando assinamos o contrato, nós assinamos o contrato isso aqui ainda não era instituído, teria que estar instituído pra já estar tudo regularizado, nós estávamos morando dentro de um condomínio, nós já tínhamos que entrar aqui nisso aqui como condomínio. Estava tudo largado, o pessoal da obra tava aí ainda, terminando muita coisa.

Trajetórias e sociabilidade dos moradores do conjunto

O nosso primeiro contato dentro do conjunto foi com a Joana, e que nos abriu espaço para mais entrevistas, Joana é reconhecida pelos moradores e tinha um vasto conhecimento do condomínio, desde os problemas estruturais da política habitacional, aos problemas vividos no cotidiano da vizinhança.

Joana, 42 anos, nascida e criada na Baixada, veio morar no município em questão quando tinha um ano e meio, pois seus avós já trabalhavam na região. Sua trajetória se repete como muitas trajetórias da Baixada, sua mãe veio da Bahia junto com os avós para o Rio de Janeiro quando ainda era criança, vieram na cidade um meio de ascender na vida. Joana que morou toda a infância neste lugar conta que muita coisa mudou, principalmente, o aumento da violência como retrata a moradora.

Ela conta que em sua infância os laços da vizinhança eram mais próximos, todos os moradores se conheciam e se ajudavam – inclusive a casa de seus pais foi construída em um mutirão com a ajuda dos vizinhos. Diferente do que se apresenta hoje, Joana conta que há uma chegada de novos moradores na região, e que aquele laço fraternal que relembra de sua infância não se repete mais.

Joana, além de contar com vivacidade os fatos de sua infância, afirma que o conjunto não possui a segurança que o centro da cidade recebe, a mesma morava no centro e

trabalhava na prefeitura, afirma que apesar de ter a necessidade de uma casa própria, a distância física do conjunto para o centro faz com que ela repense a sua volta para a cidade.

Joana relata com propriedade muitos problemas de vícios estruturais, de saneamento, e problemas da vizinhança como, por exemplo, o som alto.

Destaca a má qualidade dos produtos usados na construção de sua moradia, uma construção feita sem esmero:

Joana: é! aqui é muito complicado. Olha, onde você encosta esfarela, usaram argamassa pra embolso.

Edson: ah, eles usaram argamassa?

Joana: uhum! usaram argamassa, o material aqui é tudo de qualidade inferior...

Edson: quer dizer que eles economizaram no material?

Joana: economizaram muito no material! A estrutura do telhado é feita de metalon, ou seja, daqui a algum tempo nós vamos ter que trocar! Porque enferruja com o tempo, não segura muito tempo. Como é que a gente vai ficar? e era uma coisa que deveria ter sido vista, que era um material que não tem durabilidade. Porque você vê nos outros projetos é usado madeira, laje, sei lá. Mas aqui fui usado metalon, um metalon de péssima qualidade porque já ta enferrujando.

A inadimplência dos moradores com as taxas de condomínio, a falta de uma política de assistência social que deveria ter sido feita no início do projeto - a única coisa que existia era uma “assistente social mal humorada”:

Joana: “... porque assim todos os problemas que nós temos aqui são devido a negligência do trabalho social, a falta de pagamento da taxa de condomínio.” (...)

Joana: o que acontece, ai vem mais uma responsabilidade do trabalho social, como o condomínio só foi instituído em maio e só começou a se cobrar a taxa condominial em junho, a maioria não quis pagar. Tem gente que até hoje não pagou uma única taxa, porque assim se tivesse começado desde janeiro, tudo instituído, tudo regularizado, porque era responsabilidade do trabalho social, entrar entregando já a coisa regularizada pra gente como eles fizeram lá no Cantagalo, a mesma empresa tava fazendo o serviço lá eles já entraram com tudo em dia, em Queimados já entraram com tudo, receberam a chave já tinha síndico, já tinha taxa de condomínio certa, e tudo, mas aqui não-, aqui foi tudo em junho. Ai a pessoa ta de janeiro a junho sem pagar nada, vai pagar?

Além dos problemas de esgoto e a falta de comunicação entre as entidades responsáveis:

Ai eu ligo pro gerente da superintendência, eu mando e-mail pra ele, que ai quando-, tava mexendo num negócio de piso, e alguns telhados aqui tinha um engenheiro da Caixa que tava sempre aqui então eu ia em cima dele, ai ele ia em cima da construtora só que agora não aparece mais ninguém. Não concluíram o serviço do telhado, não concluíram o serviço das unidades não migradas que estavam danificadas, o esgoto ta ai, nós temos uma estação de tratamento de esgoto que está há um ano e cinco meses funcionando sem uma L.O, teve uma licença de instalação mas não temos a licença de operação, o INEA até hoje não liberou. O cara do INEA teve aqui, falou comigo que não sabia se ia liberar por conta da situação da rede, porque a nossa rede, a rede do outro condomínio vai toda pra ETE (estação de tratamento de esgoto) ali, mas a desse condomínio vai da casa um a casa 22 da quadra um, da primeira rua vai pra ETE, todo o restante tá indo direto pro rio. E isso foi descoberto por uma empresa de desentupimento que o condomínio contratou pra tentar fazer desentupimento, ai numa dessas de enfiar a varinha, aquela varinha roto-duto, pra tentar descobrir né. Ai em frente a casa 22 fui enfiando, enfiando, enfiando, achando que ia sair na ETE porque já vinha acompanhando a rede, foi direto pro rio.

Joana relata problemas que outros conjuntos também enfrentam, o problema em questão não se refere a vida condominial somente, mas o problema parece estar no modelo de construção e implementação dos conjuntos pelo governo federal e as empreiteiras. Problemas relatados também nos artigos de Lago (2013) e Cardoso (2013) os quais analisaram inúmeros conjuntos pelo Brasil a-fora, tais como moradores que adquiriram a casa e não a habitam, moradores que fazem obras sem a permissão da Prefeitura e/ou Caixa, moradores que fazem de sua casa comércio, até os problemas mais comuns, como som alto, e bate boca com vizinhos. Joana além de retratar problemas corriqueiros, chama a atenção para problemas estruturais e de serviços, como a falta de um tratamento de esgoto dentro do condomínio.

Foi através da prefeitura que Joana ficou ciente do PMCMV, numa conversa com um agente social, a moradora conta que na época era ano de eleição e muitas pessoas foram favorecidas no programa devido a isso, que de algum modo, até ela mesma. Alguns de seus documentos sumiram no período da eleição – pois ela era oposição ao governo que foi eleito. Joana foi candidata à vereadora - mas como havia trabalhado na prefeitura e possuía conhecimento de alguns funcionários, seus amigos sempre achavam seu documento.

Joana fez a inscrição em 2008, e foi uma das primeiras a habitar o conjunto, a moradora conta que apesar do condomínio estar longe do centro da cidade, muitas coisas boas e novos empreendimentos estão para chegar à região.

Joana: “(...) ai eu peguei e falei: olha, vai ser minha casa? Quando a gente conquista o que é nosso, a gente tem que se adaptar-, se encaixar. Ah porque é longe de tudo, tantos conjuntos habitacionais...

Edson: você achava que aqui era longe? A visão da cidade sobre aqui que era longe? Qual que é a questão? Porque longe nem é tanto né, são três ou quatro pontos do centro.

Joana: a falta de acesso né, de recursos de verdade, mas isso tem em qualquer lugar, você vai ali, um exemplo, na estrada de em Campo Grande, não tem nada ali em volta a pessoa tem que pegar uma Kombi, um ônibus, para chegar em algum lugar, no RJ, a pessoa tem que descer pra ela chegar em algum lugar. Por que a gente aqui não vai ter que fazer também? E até porque hoje nós estamos isolados aqui hoje, estamos distantes, mas quanta coisa boa tem pra chegar até aqui? Muita coisa boa. Tem o Arco Metropolitano, tem o projeto aqui do trem bala RJ-SP vai passar aqui atrás, varias indústrias porque em 2011 eu trabalhei naquele prédio ali no centro, tinha uma empresa, uma imobiliária, ele fez negociação de vários terrenos, de várias áreas, sítios, aqui na Dutra, aqui por trás mesmo, pra empresas, para indústrias, então tem muita coisa para ser instalada ali. Porque assim: “ah, mas até hoje?” existe um projeto, que demora anos para se concluir, aí depois tem a autorização, pra se começar, da terraplanagem até chegar a alguma coisa isso aí vai coisa de 10 anos, mas a gente já vai tá aqui.

Joana relata também um grande preconceito com os moradores do conjunto:

Edson: você sentiu uma mudança quando você mudou pra cá em relação à cidade? Com as pessoas da cidade ou não? Ou é mais ou menos a mesma coisa?

Joana: existe um preconceito muito grande

Edson: você acha que tem um preconceito?

Cris: existe, aqui é casinha, favelinha, Carandiru,

Edson: ah é?

Cris: é! Tudo de ruim que acontece na cidade é o pessoal das casinhas

Dona Dulce, outra entrevistada, carioca, uma senhora de 71 anos com oito filhos e 30 e poucos netos e alguns bisnetos, nasceu na capital do Rio de Janeiro, sua família é mineira, e conta que hoje nenhum de seus familiares moram mais em MG, todos estão no RJ, pois como outros moradores retratados aqui viam no Rio de Janeiro o lugar para ascender na vida. Relata com a alegria que todos os seus filhos estão casados, e bem

encaminhados, uma de suas filhas também é moradora do conjunto, seus outros sete filhos não residem no condomínio e dona Dulce conta que eles não a visitam com frequência, pois sua mãe mora no “fim do mundo”.

Dulce: eu sou mãe de 8 filhos

Edson: tá tudo criado?

Dulce: graças a Deus, tenho 30 e poucos netos, e 8 bisnetos, perdi um filho com 21 anos, e outros estão tudo bem, casado, com filhos, não tem nenhum solteiro, tudo casado.

Edson: e eles estão por aqui?

Dulce: não, moram tudo lá pra baixo,

Edson: eles não quiseram ficar aqui?

Dulce: ah não ne, esse pessoal de hoje em dia não é igual a gente, o pessoal de hoje em dia acha aqui longe, não são igual a gente não, são diferente. Aqui pra eles é final do mundo, e eles trabalham lá pra baixo também, eles preferem ficar mais lá.

Dona Dulce trata a capital do Rio de Janeiro como “lá pra baixo”, a aposentada conta que trabalhou muitos anos de sua vida “lá embaixo”, foi cozinheira, trabalhou em hospital, trabalhou em casa de família, e sempre buscava trabalhar onde lhe pagavam mais, seja na cidade em que mora atualmente, seja na capital:

Dulce: Eu trabalhei lá embaixo, fui cozinhar lá embaixo, depois trabalhei num hospital lá embaixo, era cozinheira, era nutricionista, fazia coisa de dieta... Trabalhei em casa de família também.

Edson: tudo aqui na cidade?

Dulce: não, trabalha aqui, trabalhava lá embaixo, trabalhava aqui, trabalhava lá embaixo. Onde dava mais um pouquinho a gente ia né!

Após ficar viúva veio para a cidade em questão morar com sua prima, conta que muita coisa mudou, mas que a mudança faz parte da vida, que no decorrer do tempo é normal que as coisas mudem: “pelo tempo que tinha muitas coisas mudaram né? Sabe como é devido ao tempo vai mudando algumas coisas né...”. Dulce diferente de Joana, não retrata a mudança ocorrida na cidade com uma visão negativa.

Dona Dulce toma conta do salão de festas, local onde a assistente social ficava para receber os moradores, também em oposição a fala de Joana, não relatou a funcionária como “mal humorada”. A senhora, afirma que o conjunto é tranquilo, que nunca teve problemas de som alto, discussão com a vizinhança, que não tem nada que a perturbe ou a aborreça, ou qualquer problema estrutural como relatou Joana:

Edson: e não tem barulho no conjunto não? O pessoal não liga o som alto?

Dulce: não, aqui na minha frente não. Olha, vou te dizer uma coisa eu tenho minhas filhas, quando eles vêm aqui eles acham isso aqui até chato, eles acham isso aqui muito quieto. “Ah, lá na minha mãe é muito parado” É isso que você tá vendo ai, não tem rádio alto, muito tranquilo.

Dona Dulce conhece todos os moradores do conjunto, e afirma não ter problemas com nenhum deles. Agora vive com o marido que conheceu no tempo em que trabalhava, tem planos de aumentar a sua casa, fazer uma cobertura.

Dulce: o conjunto geral eu me dou com todo mundo, eles passam aqui conversam comigo, às vezes to sentada aqui, para conversa, eu sou uma pessoa muito popular, não gosto de problema, não gosto mesmo. Minha filha mora ali na frente, mas as outras não, as outras acham aqui muito longe, minha mãe mora muito longe, diz que ônibus demora a chegar. Faz mal nao, deixa só uma perto, melhor do que muito. Ai eu fiquei viúva, que o pai desses meus filhos faleceu ne, durante o tempo que trabalhei conheci ele (o atual marido) que ele era da rede ferroviária, ai nós estamos vivendo muito bem graças a Deus.

A moradora cumpre com todas as suas obrigações, paga na data certa o aluguel e taxa de condomínio. Quando questionamos o que ela gostaria de mudar no conjunto, ela apenas diz que gostaria de uma área de lazer para as crianças e uma creche próximo do local, pois é a única coisa que não tem.

Dulce: ai não tem nada que me perturbe sabe? Não tem nada que me aborrece, nadinha, nadinha. Até Deus me ajudou, tenho pagado minha casa, pago luz, pago condomínio, tá tudo bem.

Edson: e o que a senhora acha que poderia mudar por aqui? O que tá faltando?

Dulce: não, a única coisa que tinha que mudar é que falaram que ali na frente ia fazer coisa de creche, e tem um vizinho que está limpando o terreno ali na frente pra fazer um campo para as crianças, tem um negócio a mais para as crianças, um lazer para as crianças, que não tem. Só isso que aqui tinha que mudar um pouco, que aqui não tem nada.

Apesar de serem duas falas opostas, as trajetórias dos moradores e as situações vivenciadas no cotidiano no conjunto mostram diferentes ângulos e precariedades.

O que esses conflitos e (falta de) sociabilidade parecem transparecer são problemas ocasionados após a habitação do conjunto, desde o inacabamento da construtora com

obras fundamentais como o esgoto, a instalação de equipamentos, e serviços públicos como falta de um agente social que sanasse os conflitos de vizinhança aos conflitos resultantes de uma ausência de convivência prévia, acarretados pelo barulho e discussão entre vizinhos, os problemas estruturais e de convivência se somam.

A partir das trajetórias dos moradores, dos conflitos vivenciados, e da sociabilidade do conjunto o que se percebe são uma gestão de precariedade¹⁵ e de conflitos ocasionados pela convivência, os dados da cidade em questão e seus déficits mostram as dificuldades de implantação do PMCMV nas suas margens, resultantes de um crescimento periférico em novos moldes.

Considerações finais

A Baixada se mostra como um espaço repleto de alteridades, similaridades e contradições, não correspondem apenas, a um domínio natural, mas a uma construção social, qualificada, tensionada e que se manifesta espacialmente onde o território é visto não só como continente onde o social se desdobra, mas como organização espacial que produz um efeito sobre o social. (BOURDIEU, 1997)

Linderval Monteiro (2007), afirma que um erro que é comumente cometido é de não levar em conta a violência cotidiana entre os moradores baixadenses e aqueles pertencentes à região metropolitana, um erro que reforça o estigma de ser a Baixada um lugar onde a barbárie é atemporal, ou que possa existir ali sequer uma idade de ouro como em outros lugares periféricos.

Nos últimos anos a Baixada Fluminense tinha constituído uma imagem de um “território de precariedade” em torno da “cidade maravilhosa”, em que a deterioração das condições sociais e urbanas alimentavam a formação de espaços onde prevalecia uma representação da violência e a barbárie, diante desta nova dinâmica que a Baixada vem tomando, o que se tem observado é mudança não só em suas representações sociais, como também uma mudança político-social, com o Rio de Janeiro sendo sede de grandes projetos o que se observa é a chegada de vultosos empreendimentos, públicos, e privados, até mesmo na

¹⁵ Ver: “Rizek, Cibele, 2002. “Os sentidos da cidade na sociologia brasileira”. Relatório parcial do subprojeto 8 da pesquisa Cidadania e Democracia: O pensamento nas rupturas da política. São Paulo, Fapesp.

Baixada, ainda que esta não seja sede. Há um reflexo dessas políticas na região, além de projetos que ultrapassam as escalas regionais como já foi citado.

É possível perceber uma transformação na dinâmica territorial da Baixada Fluminense a partir da implantação dos grandes projetos urbanos. O caso analisado é exemplar, pois combina a dinâmica de dois projetos diferentes que podem ser vistos de modo cruzado: o Programa Minha Casa Minha Vida e o Arco Metropolitano.

A partir das trajetórias dos moradores e da situação vivenciada por estes podemos perceber um *continuum* variado de diferentes graus de liminaridades e precariedades. As dificuldades de implantação do conjunto habitacional pela empreiteira com o inacabamento de algumas obras fundamentais para a instalação do conjunto se somam aos conflitos em torno da vizinhança e sua convivência. O que parece transparecer dessa situação são os problemas relacionados ao pós-ocupação do conjunto, com as dificuldades de convivência, da instalação de equipamentos públicos e de serviços e com os relacionamentos de vizinhança atravessados por conflitos diversos acarretados pelo barulho, pelas precariedades do conjunto e pela ausência de algum tipo de convivência prévia entre os moradores.

É possível perceber também, que a implantação deste conjunto habitacional aponta para novas formas de sociabilidade marcadas pela precariedade e por conflitos variados na convivência. A pesquisa qualitativa demonstra as dificuldades de implantação de um programa habitacional nas suas bordas e uma aparente reprodução do modo periférico de crescimento, criticado, anteriormente, pelos especialistas, mas que parece se reproduzir novamente em outros contornos possíveis.

Mesmo diante de todos os impasses enfrentados pelos moradores do conjunto, ainda há neles uma esperança, uma esperança de que este tempo de espera não continue a ser uma condição de permanência, e sim, torne-se uma condição de mudança.

Bibliografia

ALVES, José Cláudio Souza. (1998) Baixada Fluminense: a violência na construção do poder. São Paulo, tese de Doutorado em Sociologia, USP.

_____. (1998) Dos barões ao Extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH CLIO.

_____. 2012. A Baixada (não) é para principiantes. Destinos - olhares para além da fachada, n.º 2, 11-12.

_____.(jan - jun de 2002). Violência e religião: repensando os conceitos a partir da Baixada Fluminense. Ciências Humanas em Revista , 131-149.

BECKER, Howard S. (1993). Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo, Hucitec.

BARRETO, A. S. (2006). Cartografiapolítica: as fases e faces da política na Baixada Fluminense. Tese de Doutorado em Antropologia, Museu Nacional, Programade Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro.

_____. (2007). Notícias de uma guerra: estratégias, ameaças e orações. Horizontes Antropológicos , n.º 27, 183-212.

BORTOLETO, E. M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. Revista Geografares, Vitória, n. 2, jun. 2001.

BOURDIEU, P. (1997) Efeitos do Lugar - In BOURDIEU, P. (Org.) Miséria do Mundo. Petrópolis: Vozes, , pp.159 a 166.b

_____. (2007). O Poder Simbólico. Tradução Fernando Tomaz. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CARDOSO, A. L. (2013) O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais /(org.). Rio de Janeiro: Letra Capital

ENNE, Ana Lúcia. (2002). Lugar meu amigo, é minha Baixada: memória, representações sociais e identidades. Tese (Doutorado em Antropologia Social). PPGAS/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____.(2004). Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. Ciberlegenda (UFF) , n.º 14.

LAGO, Luciana Corrêa. (2007) A “periferia” metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena. Cadernos IPPUR Ano XXI, Ago-Dez.

_____. (2009). Baixada: lugar do trabalho ou cidade dormitório. Acesso em 11 de maio de 2011, disponível em Com Causa: www.comcausa.org.br/artigos2009

_____. (2012). Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições- Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrôpoles

MARCUS, G. (1995). Ethnography in/of the World System: The emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology* , vol. 24, 95-117.

MIAGUSKO, Edson. (2012). Representações do urbano na Baixada Fluminense na era dos grandes projetos (versão preliminar)

MONTEIRO, Linderval Augusto.(2007). Retratos em movimento: Vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense/ Linderval Augusto Monteiro – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS.

NASCIMENTO, Érica. (2009). A periferia de São Paulo: revendo o conceito, atualizando o debate. 33º Encontro Nacional da ANPOCS , Caxambu – MG

OLIVEIRA. Alberto de & RODRIGUES. Adrianno O. (2009). “Industrialização na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas” in: Semest. Econ.vol.12 no.espe24 Medellín Oct.

RIZEK, Cibele. (2002). “Os sentidos da cidade na sociologia brasileira”. Relatório parcial do subprojeto 8 da pesquisa Cidadania e Democracia: O pensamento nas rupturas da política.São Paulo, Fapesp.

ROCHA, André Santos. (2009) Baixada Fluminense: representações espaciais e disputas de legitimidades na composição territorial municipal / André Santos Rocha. – Niterói : [s.n.], 2009.141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense.

_____, André. (2013). “Nós não temos nada a ver com a Baixada!” – problemáticas de uma representação hegemônica na composição do território. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU* Ano 3 Número 4 Janeiro - Julho de 2013.

ROY, A. (2009). The 21st Century Metropolis. *New geographies of theory. Regional Studies* , vol. 43

SILVA, L. A. (2004). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade violenta no Brasil contemporâneo. *Sociedade & Estado* , n.º 19 (n.º 1), 53-84.

SIMÕES, Manoel Ricardo-(2007) A cidade estilhaçada: reestruturação econômica emancipações municipais na baixada fluminense. *Mesquita: Entorno*

TOFFANA, Ana Luiza e VALOTO, Fernanda Maia (2011). *Grandes Projetos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro: A Influência da Indústria do Petróleo na Região da*

Ompetro e do Conleste. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. v. 11,
n. 1